

Amin condena a implantação do parlamentarismo

ANC P. 3
19 ABR 1987

Florianópolis — "Depois de um pacote que virá para dar sobrevida ao governo e não ao país, teremos a implantação de um parlamentarismozinho que pretende protelar as eleições diretas mas que em compensação abre os flancos para um golpe militar, porque viveremos sob o símbolo de um governo fraco". A previsão, nada otimista, foi feita ontem pelo ex-governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, que entre outros dotes tem desenvolvido a leitura das linhas das mãos das dezenas de pessoas que vão visitá-lo durante o feriado na casa de praia, em Ponta das Canas, a 30 quilômetros do centro de Florianópolis. E além de dar a mão ao advinho poucos são os visitantes que escapam a leitura de uma pesquisa do Ibope, realizada entre 8 e 14 de março passado, a respeito do desempenho do anfitrião no governo do Estado e que ele acredita que o credencia a fazer previsões políticas.

De acordo com a pesquisa, 60,5% dos consultados consideraram seu governo entre "ótimo" e "bom", enquanto que a mesma pergunta feita com relação ao presidente Sarney resultou em 75% de respostas entre "regular", "ruim" e "péssimo". Mas o dado que o deixa mais satisfeito é o que aponta que 61% dos entrevistados votariam novamente nele para o governo. "Para mim é uma consagração porque nenhum dos governadores que saiu conseguiu esses índices. E eu era um dos dois da oposição". Em compensação, 61% dos entrevistados o consideram "político".

Enquanto aguarda que seu adversário político, Jorge Bornhausen, "resolva a questão da greve" para poder voltar a dar aulas de administração na Universidade Federal, Amin analisa a possibilidade de se lançar candidato a prefeito de Florianópolis, em 88. Por enquanto, descarta a possibilidade, porque acha que é mais importante entrar de corpo e alma na campanha das diretas para presidente. "Está muito caro o país ficar sustentando a ilegitimidade do atual governo. A esta altura o que mais existe no Brasil é arrependido e quando estes souberem que com a implantação de um arremedo de parlamentarismo o presidente vai poder dissolver o Congresso, vão ser todos contra de uma vez. Por isso a eleição direta é agora a saída mais barata para resolver uma sucessão de erros que vieram no Plano Cruzado".

Amin acredita que de qualquer maneira haverá uma bipolarização na eleição para presidente — principalmente pela obrigatoriedade dos dois turnos. E aposta que um dos nomes que estarão na briga será o do ex-governador Leonel Brizola. "Ele tem um caminho próprio, que posso até não seguir. Mas admiro Brizola porque acho que o homem público se forja no sofrimento político". O ex-governador de Santa Catarina também se coloca neste rol, depois de ter feito oposição ao governo Figueiredo e à Nova República. Aliás, sobre as declarações feitas pelo ex-presidente no dia 31 de março passado, criticando o governo e se arrependendo da abertura, Amin foi curto e grosso:

"Achei que as declarações foram do Figueiredo. Precisa dizer mais?"

Chaves quer instituir logo um novo regime

O senador Leite Chaves (PMDB-PR) continua trabalhando na elaboração de uma emenda à atual Constituição, instituindo o parlamentarismo no país. De acordo com o senador, a emenda seria apresentada no Congresso Nacional e submetida à votação. Se obtivesse o quórum e os votos favoráveis de dois terços do Congresso, o Brasil adotaria o parlamentarismo já antes de ser elaborada e promulgada a nova Constituição.

"Minha proposta vem sendo recebida com muita simpatia — declarou o senador. E isso acontece porque não estou propondo um parlamentarismo nos padrões tradicionais, mas um novo parlamentarismo. Eu chamo de parlamentarismo-presidencialista. No parlamentarismo que estou propondo, o presidente da República indica à Câmara dos Deputados o primeiro-ministro. Além disso, o presidente continua sendo o chefe das Forças Armadas, nomearia os ministros dos tribunais superiores, do Supremo Tribunal Federal e o procurador-geral da República. É criado um Conselho de Estado, cuja chefia fica sendo do presidente".

O senador Leite Chaves está convencido de que essa forma de governo trará muita tranquilidade política para o Brasil e permitirá que as crises político-econômicas sejam transpostas com maior facilidade.

Ele argumenta com um exemplo advindo do Plano Cruzado e de suas correções posteriores. "Num primeiro momento — lembra — a popularidade dos governantes e ministros subiu muito rapidamente. Mais tarde, houve um declínio acentuado de popularidade e aí começaram a aparecer sugestões e propostas de todos os tipos, além de gente exigindo a saída deste ou daquele. É natural que essas coisas aconteçam, mas é importante criar mecanismos que evitem a instabilidade política e institucional quando elas ocorrem".

O deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, da Constituinte, elogia a iniciativa do senador Leite Chaves, mas pondera que não será necessário submeter essa proposta ao Congresso Nacional. Isto porque, antes mesmo que ela tenha tramitação normal no Congresso, o assunto já deverá ter sido definido no âmbito da Constituinte.

RECIBO
1987